Adoção por Casais LGBTQIA+: Desafios Legais e Implicações Sociais

Adoption by LGBTQIA+ Couples: Legal Challenges and Social Implications

Guilherme Manoel de Lima Viana

Mestrando em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC. Mestre em Direito da Sociedade da Informação pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas. Bacharel em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.
guigaviana1157@gmail.com

O artigo aborda o conceito de família e adoção, explorando sua evolução ao longo do tempo e seu impacto na sociedade contemporânea. Ele examina a evolução jurídica da adoção por casais LGBTQIA+, destacando os avanços legais e os desafios enfrentados ao longo do processo. Por fim, o artigo analisa as implicações sociais da adoção por casais LGBTQIA+, considerando seu impacto na construção de famílias e na promoção da igualdade de direitos. O estudo é baseado em uma revisão bibliográfica abrangente, que destaca a importância do reconhecimento legal e social das famílias LGBTQIA+ para uma sociedade mais inclusiva e justa. Os resultados destacam a necessidade contínua de mudanças legislativas e de conscientização para garantir que todas as famílias sejam tratadas com igualdade e respeito. Em conclusão, o artigo ressalta a importância de reconhecer e valorizar a diversidade familiar, promovendo um ambiente que acolha e apoie todas as formas de parentalidade.

Palavras-chave: Adoção; Igualdade; Amor; Família; Direitos.

The article addresses the concept of family and adoption, exploring its evolution over time and its impact on contemporary society. It examines the legal evolution of adoption by LGBTQIA+ couples, highlighting legal advancements and the challenges faced throughout the process. Finally, the article analyzes the social implications of adoption by LGBTQIA+ couples, considering its impact on family building and the promotion of equal rights. The study is based on a comprehensive literature review, which underscores the importance of legal and social recognition of LGBTQIA+ families for a more inclusive and just society. The findings emphasize the ongoing need for legislative changes and awareness to ensure that all families are treated with equality and respect. In conclusion, the article highlights the importance of recognizing and valuing family diversity, promoting an environment that embraces and supports all forms of parenthood.

Keywords: Adoption; Equality; Love; Family; Rights.

Introdução

A adoção por casais LGBTQIA+ é um tema de grande relevância nos dias atuais, pois reflete não apenas mudanças legais, mas também transformações sociais e culturais significativas. Este artigo busca explorar de maneira mais aprofundada a trajetória jurídica e contextualização desse processo, examinando tanto os avanços conquistados quanto os desafios enfrentados por essas famílias ao longo do tempo.

Para compreender plenamente a adoção por casais LGBTQIA+, é fundamental começar compreendendo o conceito de família e adoção e sua evolução histórica. Ao longo dos séculos, a noção de família passou por diversas transformações, influenciadas por fatores culturais, religiosos e legais. A concepção tradicional de família como sendo composta apenas por um homem e uma mulher foi sendo gradualmente questionada, dando lugar a uma compreensão mais ampla e inclusiva, que reconhece a diversidade de formas familiares.

A evolução jurídica da adoção por casais LGBTQIA+ reflete essa mudança de paradigma. Inicialmente, as leis de adoção frequentemente excluía explicitamente casais do mesmo sexo, refletindo preconceitos arraigados na sociedade. No entanto, ao longo do tempo, houve avanços significativos que reconheceram o direito desses casais de formarem famílias através da adoção. Esses avanços incluem mudanças legislativas que removeram restrições discriminatórias e decisões judiciais que afirmaram o princípio da igualdade de direitos.

Apesar dos avanços, ainda existem desafios significativos enfrentados por casais LGBTQIA+ que desejam adotar. Isso inclui a persistência de atitudes discriminatórias, a falta de proteção legal abrangente e a necessidade de recursos específicos para apoiar essas famílias. Além disso, a adoção por casais LGBTQIA+ ainda pode ser um tema controverso em alguns círculos sociais e políticos, o que destaca a importância contínua da conscientização e da defesa dos direitos dessas famílias.

Ao examinar as implicações sociais da adoção por casais LGBTQIA+, é essencial considerar não apenas o impacto na construção de famílias e no desenvolvimento das crianças adotadas, mas também a contribuição para a promoção da igualdade de direitos e a diversidade familiar. Reconhecer e valorizar a variedade de formas familiares é fundamental para construir uma sociedade mais inclusiva e justa.

Em suma, este artigo busca fornecer uma visão abrangente da adoção por casais LGBTQIA+, destacando suas raízes históricas, evolução jurídica, desafios atuais e implicações sociais. Ao fazê-lo, visa contribuir para um diálogo informado e empático sobre esse importante tópico, com o objetivo final de promover a igualdade de direitos e o respeito por todas as formas de parentalidade.

Conceito de Família e Adoção

O termo "família" tem sua origem no latim "famulus", que originalmente se referia a um grupo de escravos ou servos que pertenciam ao mesmo patrão. Embora essa raiz etimológica possa surpreender, o significado do termo evoluiu ao longo do tempo, distanciando-se da conotação de posse ou pertencimento.

Hoje em dia, a palavra "família" é amplamente utilizada em um contexto muito diferente, refletindo a ideia de laços afetivos e de convivência entre pessoas que compartilham vínculos emocionais, de amor e de cuidado, independentemente de sua origem ou estrutura.

Durante muitos anos, especialmente em sociedades patriarcais, a palavra "família" foi associada à ideia de um agrupamento centrado no patriarca, com sua esposa e filhos. No entanto, à medida que as concepções de família se expandem e se diversificam, essa associação exclusiva com a estrutura patriarcal vem sendo questionada e reinterpretada. De acordo com Sílvio de Salvo Venosa, a concepção de família é caracterizada por:

Família constitui-se por uma instituição, de maneira regular, formal e definida de realizar uma atividade. É uma união associativa de pessoas, sendo uma instituição da qual se vale à sociedade para regular a procriação e educação dos filhos. Ainda, pode ser definida como uma instituição permanente integrada por pessoas cujos vínculos derivam da união de pessoas de sexos diversos. (Venosa, 2003, p. 22)

Segundo Danda Prado a família:

Não é só um tecido fundamental de relações, mas, também, um conjunto de papéis socialmente definidos. A organização familiar depende do que a sociedade, por meio de seus usos e costumes, espera de um pai, de uma mãe, dos filhos, de todos seus membros, enfim. Nem sempre, porém, a opinião geral é unânime, o que resulta em formas diversas de família além do modelo social preconizado e valorizado. (Prado, 2013, 29)

Para o sistema jurídico brasileiro, na Constituição Federal, são identificadas três categorias de família no artigo 226¹, o casamento, a união estável e o núcleo monoparental.

A evolução é uma força intrínseca que permeia todos os aspectos do universo, desde os microorganismos mais simples até as mais complexas formas de vida que já habitaram nosso planeta. Nesse contexto, a definição e compreensão da família também estão sujeitas a esse processo contínuo de mudança e desenvolvimento.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve uma importante expansão do conceito de família no ordenamento jurídico brasileiro. Além do casamento, a união estável e a família monoparental foram oficialmente

reconhecidas como entidades familiares legítimas. Essa inclusão reflete uma compreensão mais abrangente e inclusiva da diversidade de arranjos familiares presentes na sociedade contemporânea.

Atualmente, reconhece-se que a família pode assumir diversas formas, incluindo famílias monoparentais, famílias reconstituídas, famílias homoafetivas, entre outras. Essa compreensão mais ampla reflete uma sociedade mais inclusiva e respeitosa da diversidade de arranjos familiares e dos diferentes tipos de laços que unem as pessoas. Nesse contexto, é relevante destacar um parecer proferido pelo Ministro Luís Roberto Barroso, o qual enfatiza que:

[...] E o Estado, por sua vez, tem o dever jurídico de promover esses valores, não apenas como uma satisfação dos interesses legítimos dos beneficiários diretos, como também para assegurar a toda a sociedade, reflexamente, um patamar de elevação política, ética e social. Por essas razões, a Constituição não comporta uma leitura homofóbica, deslegitimadora das relações de afeto e de compromisso que se estabelecem entre indivíduos do mesmo sexo. A exclusão dos homossexuais do regime de união estável significaria declarar que eles não são merecedores de igual respeito, que seu universo afetivo e jurídico é de "menos-valia": menos importante, menos correto, menos digno. (Barroso, 2015, grifo nosso)

O parecer do Ministro Luís Roberto Barroso ressalta de forma eloquente a importância dos princípios de liberdade, igualdade e dignidade para todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual. Ele destaca que a Constituição não pode ser interpretada de forma homofóbica, pois isso

1 Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. § 1.º O casamento é civil e gratuita a celebração. § 2.º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei. § 3.º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. § 4.º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

negaria o respeito e a dignidade das relações afetivas entre indivíduos do mesmo sexo.

É fundamental reconhecer que a exclusão das famílias homoafetivas do regime de união estável seria uma forma de discriminação e desvalorização de suas relações e identidades. No entanto, o parecer ressalta que a referência na Constituição Federal a homem e mulher não impede a extensão desse regime às relações homoafetivas. Pelo contrário, a norma constitucional deve ser interpretada como uma norma de inclusão, destinada a superar a discriminação histórica que recaiu sobre as relações não matrimoniais entre homem e mulher.

Hoje em dia, as famílias homoafetivas são cada vez mais bem aceitas na sociedade, refletindo uma evolução significativa nas mentalidades e nas políticas públicas. A luta por igualdade e respeito tem contribuído para essa mudança de paradigma, e cada vez mais pessoas reconhecem e valorizam a diversidade de arranjos familiares, incluindo aqueles formados por casais do mesmo sexo.

A origem da palavra "adoção" deriva do latim "adoptio", que se refere ao ato de conceder a outro indivíduo o próprio nome. Esse conceito é fundamentalmente uma forma de proporcionar a uma criança ou adolescente a oportunidade de pertencer a uma família, especialmente em situações onde isso se faz necessário, como em casos de óbito dos pais biológicos, impossibilidade destes em cuidar da criança ou abandono por parte deles. Maria Helena Diniz aborda a adoção em sua relação com a dimensão jurídica:

(...) inserção num ambiente familiar, de forma definitiva e com aquisição de vínculo jurídico próprio de filiação, segundo as normas legais em vigor, de uma criança cujos pais morreram ou são desconhecidos, ou não sendo o caso, não podem ou não querem assumir o desempenho das suas funções parentais, ou são pela autoridade competente, considerados indignos para tal. (Diniz, 2007, p. 37)

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 41, assegura o conceito de adoção nos seguintes termos: "Art. 41. A adoção atribui a condição de filho ao adotando, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais." (Brasil, 1990)

A adoção é um ato de amor e responsabilidade, onde uma família acolhe um novo membro e assume a responsabilidade de cuidar, educar e proporcionar um ambiente seguro e afetivo para ele ou ela. É um processo que envolve não apenas a legalização do vínculo entre o adotante e o adotado, mas também a construção de laços emocionais e afetivos que moldarão a vida de ambos.

Evolução Jurídica e Contextualização da Adoção por Casais LGBTQIA+

As uniões homoafetivas consistem em parcerias entre pessoas do mesmo sexo, onde o vínculo afetivo é destacado como elemento central que une o casal. Nesse contexto, é essencial compreender que o propósito dessas uniões transcende a esfera sexual, sendo impulsionado principalmente pelo afeto e pela construção de uma relação de companheirismo, respeito e suporte mútuo.

Essas famílias homoafetivas, assim como as demais, desempenham papéis importantes na sociedade e proporcionam ambientes amorosos e acolhedores para seus membros. A valorização do caráter afetivo dessas uniões destaca a sua legitimidade e relevância no contexto familiar contemporâneo.

No Brasil, o reconhecimento da união entre casais homoafetivos pelo Supremo Tribunal Federal ocorreu somente em 2011, marcando uma das maiores conquistas para esses casais. Esse reconhecimento concedeu-lhes acesso ao registro civil, bem como a todos os direitos e deveres patrimoniais garantidos pela lei. Em 2013, a Comissão de Constituição e Justiça, por meio da resolução 175 de 14 de maio, estabeleceu a proibição da recusa por parte das

autoridades em realizar o casamento civil e a união estável entre pessoas do mesmo sexo.

Diante desse contexto legal, os casais homoafetivos passaram a ter a oportunidade de formar uma família com os mesmos direitos e proteções legais garantidos aos casais heterossexuais. Entre esses direitos está o da adoção, que merece destaque considerando as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesse sentido, Raquel Antunes de Oliveira Silva explica:

(...) apesar de não fazer qualquer menção à orientação sexual como um fator a ser considerado no processo de adoção nem citar que a futura família da criança deva ser composta por pais de gêneros diferentes, requer dos adotantes, em seu art. 42, § 2º, o casamento civil ou a manutenção da união estável, algo impossível de acontecer para os casais homossexuais antes da atualização do entendimento do STF. (Silva, 2012, p.56)

Embora no Brasil não haja uma legislação específica que regule o direito de adoção por casais homoafetivos, essa situação contrasta com a realidade de muitos outros países ao redor do mundo. Desde o século passado, diversas nações têm promulgado leis que reconhecem e garantem esse direito a casais do mesmo sexo. Maria Berenice Dias esclarece sobre o assunto:

A Dinamarca foi o primeiro país do mundo a reconhecer o direito dos parceiros registrados à adoção. Desde 01.07.1999, está autorizado, inclusive, um deles a adotar os filhos biológicos do outro, exceto no caso de a adoção ser de criança estrangeira. A África do Sul, Bélgica, Espanha, Canadá e Holanda admitem a adoção por casais homossexuais em âmbito nacional. No Canadá e nos EUA, a adoção é de jurisdição estadual, divergindo de uma província para a outra. Em quase 50% do Estados americanos já foram deferidas adoções individuais a homossexuais. Adoções bilaterais já

são mais raras. Existe em alguns lugares o que se chama de second – parent adoption. Quando um dos genitores mantém união homoafetiva, os pais biológicos permanecem com o poder familiar, mas o parceiro do genitor que tem o filho sob sua guarda pode adotá-lo, sem que o pai biológico não – guardião perca o direito de convivência. Assim o filho passa a ter três pais. Em virtude e uma emenda à Lei de Parceria Registrada, no ano de 2000, na Islândia os parceiros registrados podem adotar a prole um do outro. Em abril de 2008, Israel reconheceu pela primeira vez a adoção de uma criança homossexual, concedendo a nacionalidade israelense ao filho. (Dias, 2009, p. 68/69)

Esse fenômeno não apenas reflete uma evolução nos valores sociais e no reconhecimento dos direitos humanos, mas também destaca a importância de garantir igualdade e inclusão em todas as esferas da sociedade. Ao estabelecer o direito de adoção para casais homoafetivos, esses países demonstram um compromisso com a igualdade perante a lei e o reconhecimento da diversidade familiar.

Observa-se que as alterações na legislação de outros países têm um impacto indireto nas decisões tomadas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) do Brasil. Isso se deve ao fato de que o STJ é competente para homologar sentenças estrangeiras, conforme estipulado no artigo 105, inciso I, alínea "i" da Constituição Federal.

Essa competência do STJ para homologar sentenças estrangeiras significa que as decisões judiciais vindas de outros países, incluindo aquelas relacionadas à adoção por casais homoafetivos, podem ser reconhecidas e aplicadas no Brasil, desde que atendam aos requisitos legais estabelecidos. Portanto, as mudanças na legislação estrangeira que reconhecem o direito de adoção por casais do mesmo sexo podem influenciar as decisões do STJ no que diz respeito à homologação dessas sentenças.

A primeira decisão judicial favorável à adoção por um casal homoafetivo ocorreu em

Catanduva, São Paulo. O juiz responsável, Dr. Júlio César Spoladore Domingos, permitiu que dois homens que mantinham uma união afetiva estável há mais de uma década fossem incluídos no cadastro de pessoas ou casais habilitados à adoção em 2004. Vale ressaltar que desde 1998, quando seu pedido inicial foi negado, ambos buscavam ser inseridos nesse grupo de espera para adoção.

A sentença proferida mencionou a Resolução nº 01/99 do Conselho Federal de Psicologia, que estabelece diretrizes para atuação dos psicólogos em relação à orientação sexual humana. Esta resolução veda qualquer forma de tratamento discriminatório em relação à homossexualidade, ratificando que esta não é considerada uma doença, desvio ou distorção.

Em um desdobramento significativo, um dos parceiros obteve sucesso na adoção de uma menina. No entanto, no ano de 2006, seu companheiro buscou também adotar a criança em conjunto, considerando que o casal mantinha uma relação estável há 14 anos. A decisão que concedeu a adoção conjunta foi proferida pela Magistrada Dra. Sueli Juarez Alonso, que deu prioridade aos princípios da afetividade e à proteção integral da criança, como destacado no trecho a seguir:

O requerente, por seu turno, vive com V. há mais de 14 anos, dedica-se aos cuidados de T., trata-a como filha e pretende adotá-la para dar a ela mais segurança, além de afetiva, também econômica, pois legalmente será sua dependente e terá direitos sucessórios. Tudo que o requerente pretende é criar também um vínculo jurídico, assumir também a responsabilidade decorrente da paternidade, já que a menor vem sendo criada por ambos e reconhece-os como pais. De todo o exposto, visando a atender ao comando constitucional proteção integral a crianças e adolescentes, defiro o pedido.

Essa decisão judicial pioneira não apenas reconheceu o direito do casal homoafetivo à adoção, mas também destacou a importância do

respeito à diversidade e à igualdade de direitos, conforme respaldado por normativas profissionais e princípios fundamentais de dignidade humana.

Essa decisão representou um marco na luta pela igualdade de direitos para casais homoafetivos no Brasil, abrindo caminho para uma mudança progressiva na jurisprudência e na legislação relacionada à adoção por casais do mesmo sexo.

No ano de 2010, na cidade de Bagé-RS, o Dr. Marcos Danilo Edon Franco, Juiz da Infância e da Juventude, possibilitou a adoção de dois menores por duas mulheres que mantinham uma união homoafetiva estável há mais de oito anos. Anteriormente, uma das mulheres já havia obtido a adoção dos menores, o que resultou na criação de fato das crianças pelo casal.

Essa decisão judicial foi fundamental para a consolidação da jurisprudência nacional favorável à adoção homoafetiva. O acórdão resultante desse caso foi abordado no Informativo nº 432 do Superior Tribunal de Justiça, destacando-se como um marco importante no reconhecimento e na proteção dos direitos das famílias homoafetivas no Brasil:

MENORES. ADOÇÃO. UNIÃO HOMOAFETIVA. *Cuida-se da possibilidade de pessoa que mantém união homoafetiva adotar duas crianças (irmãos biológicos) já perfilhadas por sua companheira. É certo que o art. 1º da Lei n. 12.010/2009 e o art. 43 do ECA deixam claro que todas as crianças e adolescentes têm a garantia do direito à convivência familiar e que a adoção fundada em motivos legítimos pode ser deferida somente quando presentes reais vantagens a eles. Anote-se, então, ser imprescindível, na adoção, a prevalência dos interesses dos menores sobre quaisquer outros, até porque se discute o próprio direito de filiação, com consequências que se estendem por toda a vida. Decorre daí que, também no campo da adoção na*

união homoafetiva, a qual, como realidade fenomênica, o Judiciário não pode desprezar, há que se verificar qual a melhor solução a privilegiar a proteção aos direitos da criança. Frise-se inexistir aqui expressa previsão legal a permitir também a inclusão, como adotante, do nome da companheira de igual sexo nos registros de nascimento das crianças, o que já é aceito em vários países, tais como a Inglaterra, País de Gales, Países Baixos, e em algumas províncias da Espanha, lacuna que não se mostra como óbice à proteção proporcionada pelo Estado aos direitos dos infantes. Contudo, estudos científicos de respeitadas instituições (a Academia Americana de Pediatria e as universidades de Virgínia e Valência) apontam não haver qualquer inconveniente na adoção por companheiros em união homoafetiva, pois o que realmente importa é a qualidade do vínculo e do afeto presente no meio familiar que ligam as crianças a seus cuidadores. Na específica hipótese, há consistente relatório social lavrado por assistente social favorável à adoção e conclusivo da estabilidade da família, pois é incontroverso existirem fortes vínculos afetivos entre a requerente e as crianças. Assim, impõe-se deferir a adoção lastreada nos estudos científicos que afastam a possibilidade de prejuízo de qualquer natureza às crianças, visto que criadas com amor, quanto mais se verificado cuidar de situação fática consolidada, de dupla maternidade desde os nascimentos, e se ambas as companheiras são responsáveis pela criação e educação dos menores, a elas competindo, solidariamente, a responsabilidade. Mediante o deferimento da adoção, ficam consolidados os direitos relativos a alimentos, sucessão, convívio com a requerente em caso de separação ou falecimento da companheira e a inclusão dos menores em convênios de saúde, no ensino básico e superior, em razão da qualificação da requerente,

professora universitária. Frise-se, por último, que, segundo estatística do CNJ, ao consultar-se o Cadastro Nacional de Adoção, poucos são os casos de perfiliação de dois irmãos biológicos, pois há preferência por adotar apenas uma criança. **Assim, por qualquer ângulo que se analise a questão, chega-se à conclusão de que, na hipótese, a adoção proporciona mais do que vantagens aos menores (art. 43 do ECA) e seu indeferimento resultaria verdadeiro prejuízo a eles.** (grifo nosso)

Anteriormente, já era admitida a adoção unilateral por parte de pessoas declaradamente homossexuais. No entanto, os tribunais mostravam hesitação em conceder a adoção a casais homoafetivos. Os casos judiciais mencionados foram cruciais para uma mudança na orientação jurisprudencial, que passou a priorizar o melhor interesse da criança em ter um ambiente afetivo para seu pleno desenvolvimento.

Após o julgamento da ADPF 132-RJ e da ADI 4277-DF pelo Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a união homoafetiva como uma entidade familiar, não restaram dúvidas quanto à admissibilidade da adoção por casais homoafetivos. Esse precedente, que promoveu a igualdade de direitos e combateu os preconceitos sociais, é frequentemente citado nas decisões judiciais que concedem esse tipo de adoção.

Essa evolução na jurisprudência reflete uma mudança significativa na sociedade brasileira, que passou a reconhecer e respeitar as diferentes formas de família, incluindo aquelas formadas por casais do mesmo sexo. Essa conquista não apenas reforça os direitos fundamentais das famílias homoafetivas, mas também promove valores de inclusão, igualdade e respeito pela diversidade.

Implicações Sociais da Adoção Por Casais LGBTQIA+

Há um intenso debate em torno da possível influência da criação por parte de casais homoafetivos na orientação sexual de uma criança ou adolescente, assim como na possibilidade de causar danos psicológicos. Este debate é frequentemente abordado em diversos contextos, desde discussões acadêmicas até questões legais e políticas públicas relacionadas à adoção e à proteção dos direitos das crianças.

Alguns argumentam que a orientação sexual de uma pessoa não é determinada pelo ambiente familiar em que foi criada, mas sim por uma combinação complexa de fatores genéticos, biológicos, psicológicos e sociais. Portanto, a presença de pais homoafetivos não seria um fator decisivo na orientação sexual de uma criança ou adolescente.

Por outro lado, há preocupações levantadas por alguns grupos ou indivíduos, que sugerem que a criação por parte de casais homoafetivos pode causar confusão na identidade de gênero ou influenciar negativamente o desenvolvimento psicológico da criança. No entanto, estudos e pesquisas recentes têm questionado essas preocupações, destacando que o mais importante para o bem-estar da criança é o ambiente familiar seguro, amoroso e estável, independentemente da orientação sexual dos pais ou responsáveis.

Segundo o entendimento de Jacques Lacan, renomado psicanalista francês que revitalizou os estudos de Freud durante o século XX, a família não é simplesmente um grupo natural, mas sim um fenômeno cultural. Em sua obra "A Família", Lacan observa que, ao estudar a família primitiva, torna-se evidente que ela não se resume apenas a um conjunto de unidades biológicas, mas sim a um sistema de parentesco que transcende os laços naturais de consanguinidade.

Lacan ressalta que a noção de família vai além das relações biológicas, envolvendo uma complexa rede de significados e simbolismos culturais. Ele argumenta que a estrutura familiar é moldada por normas sociais, valores culturais e

dinâmicas psicológicas, que influenciam profundamente a forma como os indivíduos se relacionam e se identificam dentro desse contexto.

A família primitiva desconhece os laços biológicos do parentesco: desconhecimento somente jurídico na parcialidade uni linear da filiação; mas também ignorância positiva ou talvez desconhecimento sistemático (no sentido de paradoxo da crença que a psiquiatria dá a este termo), exclusão total destes laços que, por não se poderem exercer senão em relação com a paternidade, observar-se-iam em certas culturas matriarcais. E além disso, o parentesco não é reconhecido senão por meio de ritos que legitimam os laços do sangue e até mesmo por vezes criam laços fictícios: factos do totemismo, adoção, constituição artificial dum agrupamento agnático como a Zadruga eslava. (Lacan, 1981, p. 12/13)

Essa perspectiva de Lacan destaca a importância de compreender a família como uma construção cultural e simbólica, sujeita a uma constante reelaboração e reinterpretação ao longo do tempo e das diferentes sociedades. Ao reconhecer a complexidade e a diversidade das formas familiares, Lacan contribui para uma compreensão mais ampla e contextualizada desse instituto fundamental da sociedade humana.

Nessa perspectiva, o sexo da pessoa que cria a criança não é determinante, pois a função materna não está necessariamente ligada a uma mulher, assim como a função paterna não está diretamente associada a um homem. O que realmente importa é o desejo de desempenhar essas funções, que estão intrinsecamente ligadas à sexualidade de quem as assume. Considerando esse contexto, Tereza Maria Costa observa que:

[...] especialistas sugerem que os pais gays e as mães lésbicas as devem revelar sua orientação sexual a seu filho o mais cedo possível. Lá pelos seis anos ele já tem condições de assimilar

essa revelação. A questão não deve ser tratada como um tabu, podendo falar do assunto quando sentir necessidade, sem precisar espalhar aos quatro ventos a notícia. As crianças devem conviver o máximo possível com pessoas do sexo oposto ao dos pais, quando estes forem homoafetivos. Para os pais dos amiguinhos dos filhos do homoafetivo é bom deixar claro que ninguém se torna homossexual por ser amigo ou frequentar a casa de um filho de pessoal com orientação homoafetiva. A sexualidade se forma muito mais por aspectos psíquicos internos individuais, que não podem ser controlados, do que por aspectos externos. Conviver com o homoafetivo é uma forma de aprender a lidar e respeitar as diferenças individuais, o que será muito útil à criança quando ela se tornar um adulto. Deve falar sobre o assunto com seu filho caso ele lhe indague sobre o caso e mostrar para ele que existem várias formas de família atualmente e o mais importante é que impere entre eles o amor e o respeito. (Costa, 2004, p. 49/50)

Sob essa ótica, percebe-se que o aspecto crucial na criação de uma criança é a presença de alguém que exerça a função materna, também conhecida na psicanálise como libidinizante, e alguém que exerça a função paterna, também chamada de castradora ou limitadora. Essas funções são essenciais para o desenvolvimento saudável e equilibrado da criança, independentemente do sexo ou da orientação sexual das pessoas que as desempenham. No entanto, evidenciou-se que não há sustentação na doutrina psicanalítica para essa afirmação. Maria Berenice Dias reforça esse entendimento ao esclarecer:

Nada justifica a estigmatizada visão de que a criança que vive em um lar homossexual será socialmente rejeitada ou haverá prejuízo a sua inserção social. Identificar os vínculos homoparentais como promíscuos gera

a falsa idéia de que não se trata de um ambiente saudável para o seu bom desenvolvimento. Assim, a insistência em rejeitar a regulamentação da adoção por homossexuais tem por justificativa indisfarçável preconceito. (Dias, 2009, p. 53)

Além disso, inúmeros estudos conduzidos globalmente têm demonstrado que crianças criadas por casais homoafetivos não apresentam problemas significativamente maiores do que aquelas criadas por casais heteroafetivos. Essas pesquisas têm evidenciado que a orientação sexual dos pais não está correlacionada com o surgimento de distúrbios psicológicos nos filhos, tampouco influencia a orientação sexual das crianças. Essas descobertas ressaltam a importância de considerar o ambiente familiar como um fator determinante para o bem-estar e desenvolvimento saudável das crianças, independentemente da orientação sexual dos pais. É importante destacar algumas pesquisas pioneiras conduzidas nos Estados Unidos:

Coates & Zucker (1988) afirmam que não existe evidência que pais homossexuais abusem de seus filhos com mais frequência do que o fazem pais heterossexuais. Ricketts & Achtenberg (1989) realizaram um estudo com vários casos individuais de adoções por homens e mulheres homossexuais e afirmam que a saúde mental e a felicidade individual estão na dinâmica de determinada família e não na maneira como a família é definida. Eles afirmam, portanto, que não importa se a família conta com um pai e uma mãe ou com somente um deles; o mais importante é como essa família vive. McIntyre (1994) faz uma análise acerca de pais e mães homossexuais e o sistema legal de custódia. Este autor afirma que a pesquisa sobre crianças serem criadas por pais homossexuais documenta que pais do mesmo sexo são tão efetivos quanto casais tradicionais Patterson (1997) escreveu um artigo sobre relações de pais e mães homossexuais e

analisou as evidências da influência na identidade sexual, desenvolvimento pessoal e relacionamento social em crianças adotadas. A autora examinou o ajustamento de crianças de 4 a 9 anos de idade criadas por mães homossexuais (mães biológicas e adotivas) e os resultados mostram que tanto os níveis de ajustamento maternal quanto a autoestima, desenvolvimento social e pessoal das crianças são compatíveis com crianças criadas por um casal tradicional. Samuels (1990) destaca que, mais importante do que a orientação sexual dos pais adotivos, o aspecto principal é a habilidade dos pais em proporcionar para a criança um ambiente carinhoso, educativo e estável. (Weber, 2002. p. 80/81)

Esses estudos pioneiros, conduzidos nos Estados Unidos, fornecem uma base sólida de evidências que desafiam os estereótipos e preconceitos em relação às famílias homoafetivas. Eles mostram consistentemente que não há diferenças significativas no bem-estar emocional, desenvolvimento social e ajustamento psicológico entre crianças criadas por casais homoafetivos em comparação com aquelas criadas por casais heteroafetivos.

As pesquisas de Coates & Zucker (1988), Ricketts & Achtenberg (1989), McIntyre (1994), Patterson (1997) e Samuels (1990) destacam que o ambiente familiar, a qualidade do relacionamento entre pais e filhos, e a capacidade dos pais em proporcionar um ambiente amoroso, educativo e estável são fatores muito mais determinantes para o desenvolvimento saudável das crianças do que a orientação sexual dos pais.

Esses estudos desmistificam a ideia de que a orientação sexual dos pais influencia negativamente o desenvolvimento das crianças e ressaltam a importância de avaliar as famílias com base em sua dinâmica interna e no bem-estar das crianças, independentemente de sua composição familiar. Com base nos resultados de estudos similares aos apresentados, a jurista Ana Carla Harmatiuk Matos chega à conclusão de que:

o que deve importar são as características pessoais dos pais (ou dos candidatos à adoção), sua capacitação, sua habilidade nos âmbitos emocional e patrimonial quanto às questões tão peculiares exigidas pelo universo da paternidade e maternidade. (...) O ambiente promovido por pais homossexuais e lésbicas é tão favorável quanto os ambientes promovidos por pais heterossexuais para apoiar e habilitar o crescimento “psicológico das crianças”. (Matos, 2006, p. 78/83)

As conclusões de Ana Carla Harmatiuk Matos refletem uma abordagem centrada nas habilidades parentais e na qualidade do ambiente familiar, independentemente da orientação sexual dos pais. Ela destaca que o que realmente importa são as características individuais dos pais ou candidatos à adoção, sua capacidade de cuidar emocional e financeiramente das crianças e sua habilidade em lidar com os desafios inerentes à parentalidade.

Ao enfatizar a importância das habilidades parentais sobre a orientação sexual dos pais, Matos destaca que pais homoafetivos e lésbicas são tão capazes quanto pais heterossexuais de criar um ambiente acolhedor e favorável ao crescimento psicológico das crianças. Essa visão destaca a igualdade de oportunidades e responsabilidades parentais, independentemente da orientação sexual dos pais.

Essa abordagem reconhece a diversidade de arranjos familiares e enfatiza que o amor, o cuidado e a capacidade de fornecer um ambiente seguro e estimulante são os fatores mais importantes para o desenvolvimento saudável das crianças. Portanto, as políticas e práticas relacionadas à adoção e à parentalidade devem priorizar o bem-estar das crianças e reconhecer a capacidade de todos os pais, independentemente de sua orientação sexual, de criar lares amorosos e estáveis para seus filhos.

Conclusão

Na conclusão deste artigo sobre a adoção por casais LGBTQIA+, revisita-se os pontos-chave abordados ao longo do texto e destaca-se a importância de desmistificar os preconceitos que ainda cercam esse tema. Durante a análise, foram explorados a evolução jurídica da adoção por casais do mesmo sexo, os avanços legais e os desafios enfrentados ao longo do processo. Além disso, foram examinadas as implicações sociais dessa forma de adoção, reconhecendo seu papel na promoção da igualdade de direitos e na construção de uma sociedade mais inclusiva.

É crucial enfatizar que a capacidade de um casal de criar uma família não deve ser determinada por sua orientação sexual ou identidade de gênero. No entanto, ainda persistem estereótipos e crenças equivocadas de que casais homoafetivos não são adequados para adoção, baseados em noções ultrapassadas e preconceituosas.

Portanto, é fundamental desafiar e desmistificar tais concepções, reconhecendo que o amor, o cuidado e a dedicação são os verdadeiros fundamentos da parentalidade, independentemente da orientação sexual dos pais. Estudos e evidências demonstram repetidamente que crianças criadas por casais LGBTQIA+ têm resultados tão positivos quanto aquelas criadas por casais heterossexuais.

A verdadeira influência sobre o bem-estar das crianças reside no ambiente familiar amoroso e de apoio, não na orientação sexual dos pais. Portanto, ao invés de perpetuar estigmas e discriminações, é essencial promover uma cultura de aceitação e respeito por todas as formas de parentalidade.

Em última análise, ao reconhecer e valorizar a diversidade de famílias, está-se construindo um mundo mais inclusivo, onde todas as crianças têm a oportunidade de crescer em ambientes amorosos e seguros. É hora de deixar de lado os preconceitos e dar às famílias LGBTQIA+ o reconhecimento e o apoio que merecem, para o benefício de toda a sociedade.

Bibliografia

BARROSO, Luís Roberto, Diferentes, mas Iguais: O Reconhecimento Jurídico das Relações Homoafetivas no Brasil (colaboradores: Cláudio Souza Neto, Eduardo Mendonça e Nelson Diz). Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/grupos-detralbalho/dirsexuaisreprodutivos/docs_atuacao/ParecerBarroso%20uniaio%20homossexuais.pdf. Acesso em: 17 fev. 2024

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 15 fev. 2024

BRASIL. Código Civil de 1916. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm. Acesso em: 02 fev. 2024

COSTA, Tereza Maria Machado Lagrota. Adoção por pares homoafetivos: uma abordagem jurídica e psicológica. (Monografia) Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Vianna Júnior, 2002. Disponível em http://intranet.viannajr.edu.br/revista/dir/doc/art_10005.pdf. Acesso em: 17 fev. 2024

DIAS, Maria Berenice. União homoafetiva: o preconceito e a justiça. 4.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro — Direito de Família, 22. ed., São Paulo: Saraiva, 2007.

LACAN, Jacques. A Família. Tradução de Brigitte Cardoso e Cunha, Ana Paula dos Santos, Graça Lamas Graça Lapa. 2ª ed. Assirio & Alvim: Lisboa, 1981.

PRADO, Danda. O que é família? 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 2013

SILVA, Raquel Antunes de Oliveira. A adoção de crianças no Brasil: os entraves jurídicos e institucionais. In: Proceedings of the 4th. Congresso Internacional de Pedagogia Social Congresso Internacional de Pedagogia Social. 2012.

VENOSA, Sívio de Salvo. Direito Civil. Direito de Família. 3ª ed. vol.6. São Paulo: Atlas, 2003

WEBER, Lidia. Pais e Filhos por Adoção no Brasil – Características, Expectativas e Sentimentos. Curitiba: Juruá, 2002.